

**INSTITUTO FEDERAL GOIANO – CAMPUS CERES  
BACHARELADO EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

**ELISNEIDE RODRIGUES RAFAEL**

**INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL GOIANO E A  
RELAÇÃO COM O NÚMERO DE ALUNOS, PROFESSORES E CURSOS DE 2009 A  
2022**

**CERES – GO  
2023**

**ELISNEIDE RODRIGUES RAFAEL**

**INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL GOIANO E A  
RELAÇÃO COM O NÚMERO DE ALUNOS, PROFESSORES E CURSOS DE  
2009 A 2022**

Trabalho de Conclusão Curso apresentado ao curso de Sistemas de Informação do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Sistemas de Informação, sob orientação do Prof. Dr. Marcos de Moraes Sousa.

**CERES – GO  
2023**

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
**Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano**

Rr136i Rafael, Elisneide Rodrigues  
Investimento em educação no Instituto Federal Goiano e a relação com o número de alunos, professores e cursos de 2009 a 2022 / Elisneide Rodrigues Rafael; orientador Marcos de Moraes Sousa. -- Ceres, 2023.  
38 p.

TCC (Graduação em Sistemas de Informação) --  
Instituto Federal Goiano, Campus Ceres, 2023.

1. Institutos federais. 2. Financiamento educacional. 3. Gestão orçamentária. 4. Orçamento público. I. de Moraes Sousa, Marcos, orient. II. Título.

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

**Identificação da Produção Técnico-Científica**

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese                          | <input type="checkbox"/> Artigo Científico              |
| <input type="checkbox"/> Dissertação                   | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro              |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização   | <input type="checkbox"/> Livro                          |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC - Graduação    | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional | - Tipo:   |

Nome Completo do Autor: Elisneide Rodrigues Rafael  
Matrícula: 2019 303 2020 302 53  
Título do Trabalho: Investimento em educação no Instituto Federal Goiano e a relação com número de alunos, professores e cursos de Restrições de Acesso ao Documento 2009 a 2022

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique: \_\_\_\_\_

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIIF Goiano:    /   /   

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não  
O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

**DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA**

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumprir quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Ceres 04/12/23  
Local Data

Elisneide R. Rafael

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

## **ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO**

Aos 07 dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três (2023) realizou-se a defesa de Trabalho de Curso da acadêmica, Elisneide Rodrigues Rafael do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, matrícula 2019103202030253, cujo título é “INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL GOIANO E A RELAÇÃO COM O NÚMERO DE ALUNOS, PROFESSORES E CURSOS DE 2009 A 2022”. A defesa iniciou-se às 19 horas, finalizando-se às 20 horas e 20 minutos. A banca examinadora considerou o trabalho APROVADO com média 8,5 no trabalho escrito, média 10,0 no trabalho oral, apresentando assim média aritmética final de 9,2 pontos, estando o estudante APTO para fins de conclusão do Trabalho de Curso.

Após atender às considerações da banca e respeitando o prazo disposto em calendário acadêmico, o estudante deverá fazer a submissão da versão corrigida em formato digital (.pdf) no Repositório Institucional do IF Goiano – RIIF, acompanhado do Termo Ciência e Autorização Eletrônico (TCAE), devidamente assinado pelo autor e orientador.

Os integrantes da banca examinadora assinam a presente.

(Assinado Eletronicamente)

Prof. Dr. Marcos de Moraes Sousa  
Nome do Presidente da Banca – Orientador

(Assinado Eletronicamente)

Prof. Dr. Flávio Manoel Coelho Borges Cardoso  
Nome do Membro 1 - Membro interno

(Assinado Eletronicamente)

Prof. Dr. Jenerton Arlan Schütz  
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí  
Nome do Membro 2 - Membro externo

Documento assinado eletronicamente por:

- **Flavio Manoel Coelho Borges Cardoso, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 07/11/2023 20:32:46.
- **Jenerton Arlan Schutz, PROF ENS BAS TEC TECNOLOGICO - VISITANTE**, em 07/11/2023 20:25:27.
- **Marcos de Moraes Sousa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 07/11/2023 20:24:20.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 06/11/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 544739

Código de Autenticação: de047a500e



INSTITUTO FEDERAL GOIANO  
Campus Ceres  
Rodovia GO-154, Km.03, Zona Rural, 03, Zona Rural, CERES / GO, CEP 76300-000  
(62) 3307-7100

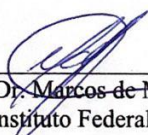
ELISNEIDE RODRIGUES RAFAEL

**INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL  
GOIANO E A RELAÇÃO COM O NÚMERO DE ALUNOS,  
PROFESSORES E CURSOS DE 2009 À 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Instituto Federal Goiano – Campus Ceres,  
como parte dos requisitos necessários à  
obtenção do título de Bacharel em Sistemas de  
Informação.

Ceres, 07 de Novembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA



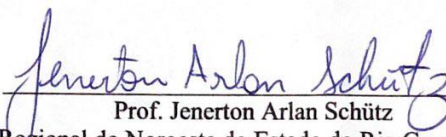
---

Prof. Dr. Marcos de Moraes Sousa  
Instituto Federal Goiano



---

Prof. Flávio Manoel Coelho Borges Cardoso  
Instituto Federal Goiano



---

Prof. Jenerton Arlan Schütz  
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ

Dedico este trabalho a Deus, Nossa Senhora da Graças, a minha família, colegas e amigos que contribuíram para a sua realização.



## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a minha família, amigos e ao Instituto Federal Goiano que tornaram possível a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Primeiramente, quero agradecer a Deus e a Nossa Senhora das Graças, por terem me proporcionado a graça de concluir com êxito mais uma etapa em minha vida.

Agradeço ao meu orientador Dr. Marcos de Moraes Sousa, cuja orientação sábia e apoio constante foram fundamentais para a conclusão deste trabalho. Sua expertise e paciência foram indispensáveis ao longo de todo o processo.

Agradeço também aos professores do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, cujo ensino sólido e inspirador proporcionou a base para este trabalho. Cada aula e discussão contribuíram para o desenvolvimento das ideias apresentadas aqui.

À minha família, agradeço pelo amor incondicional e pelo suporte emocional durante toda a jornada acadêmica. Seu encorajamento foi meu alicerce em momentos desafiadores.

Aos amigos e colegas que compartilharam seus conhecimentos e experiências, agradeço pela troca constante de ideias e pelo ambiente colaborativo que enriqueceu este trabalho.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho, meu sincero agradecimento. Este TCC não teria sido possível sem o apoio e a colaboração de cada um de vocês.

*“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas mudam o mundo”.*

*Paulo Freire*

## RESUMO

Este trabalho investiga a trajetória do financiamento público no contexto dos Institutos Federais, com ênfase no Instituto Federal Goiano (IF Goiano), desde sua criação até o orçamento de 2022. A pesquisa emprega uma metodologia abrangente, guiada por normativas de transparência e regulamentações como a Instrução Normativa TCU nº 57 de agosto de 2008, a Decisão Normativa TCU nº 100 de outubro de 2009, entre outras. A coleta de dados é fundamentada em uma análise minuciosa dos Relatórios de Gestão Anuais do IF Goiano, aplicando princípios quantitativos para avaliar a evolução temporal das finanças financeiras, como gastos totais, despesas pagas, e a relação percentual entre elas. Uma base de dados eletrônicos foi desenvolvida para facilitar a comparação e interpretação desses dados ao longo do tempo. Além da abordagem financeira, o estudo incorpora uma análise das variáveis educacionais, como número de alunos, inscritos, docentes e cursos oferecidos. A abordagem multidisciplinar da pesquisa busca entender a complexidade das interações entre essas variáveis, explorando influências institucionais e externas. Os resultados indicam que, mesmo diante dos desafios financeiros e políticos, o IF Goiano tem mantido um compromisso notável com a transparência e a qualidade acadêmica. A análise destaca a importância de uma abordagem integrada, considerando elementos institucionais, orçamentários e educacionais, reforçando a necessidade de pesquisas futuras adotarem uma perspectiva multidisciplinar para uma compreensão mais abrangente e aprofundada da dinâmica institucional.

**Palavras-chave:** Institutos federais; Financiamento educacional; Gestão orçamentária; Orçamento público.

## ABSTRACT

This study investigates the trajectory of public funding in the context of Federal Institutes, with an emphasis on the Federal Institute of Goiano (IF Goiano), from its inception to the 2022 budget. The research employs a comprehensive methodology guided by transparency regulations and guidelines such as the TCU Normative Instruction No. 57 of August 2008, TCU Normative Decision No. 100 of October 2009, among others. Data collection is based on a thorough analysis of the Annual Management Reports of IF Goiano, applying quantitative principles to assess the temporal evolution of financial aspects, such as total expenditures, payments made, and the percentage relationship between them. An electronic database was developed to facilitate the comparison and interpretation of these data over time. In addition to the financial approach, the study incorporates an analysis of educational variables, such as the number of students, enrollees, faculty, and courses offered. The multidisciplinary approach of the research seeks to understand the complexity of interactions between these variables, exploring institutional and external influences. The results indicate that, even in the face of financial and political challenges, IF Goiano has maintained a remarkable commitment to transparency and academic quality. The analysis emphasizes the importance of an integrated approach, considering institutional, budgetary, and educational elements, reinforcing the need for future research to adopt a multidisciplinary perspective for a more comprehensive and in-depth understanding of institutional dynamics.

**Keywords:** Federal Institutes; Educational financing; Budget management; Public budget.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1 - DESPESAS PAGAS E GASTOS TOTAIS ENTRE OS ANOS 2009 ATÉ 2022.....</b>	<b>12</b>
<b>FIGURA 2 - QUANTIDADE DE MATRÍCULAS X INSCRITOS ENTRE OS ANOS 2009 ATÉ 2022....</b>	<b>14</b>
<b>FIGURA 3 - NÚMERO DE DOCENTES ENTRE OS ANOS DE 2009 ATÉ 2022.....</b>	<b>15</b>
<b>FIGURA 4 - RELAÇÃO Nº DE CURSOS, MATRÍCULAS E PROFESSORES (2017 A 2022). ....</b>	<b>17</b>

## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 1 - ORÇAMENTO EXECUTADO ENTRE OS ANOS 2009 ATÉ 2022. ....</b>	<b>10</b>
<b>TABELA 2 - CURSOS OFERTADOS.....</b>	<b>16</b>
<b>TABELA 3 - RELAÇÃO DE N° DE ALUNOS X N° DOCENTES ENTRE 2017 ATÉ 2022. ....</b>	<b>17</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>2</b>
<b>ORÇAMENTO PÚBLICO</b> .....	<b>2</b>
<b>EDUCAÇÃO NACIONAL</b> .....	<b>3</b>
<b>UNIVERSIDADES FEDERAIS E INSTITUTOS FEDERAIS</b> .....	<b>6</b>
<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>8</b>
<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>DESPESAS</b> .....	<b>11</b>
<b>MATRÍCULAS X INSCRITOS</b> .....	<b>13</b>
<b>DOCENTES</b> .....	<b>15</b>
<b>CURSOS</b> .....	<b>15</b>
<b>RELAÇÃO Nº DE ALUNOS X Nº DE PROFESSORES X Nº DE CURSOS DE 2017 A 2022</b> .....	<b>16</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>18</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>20</b>

## INTRODUÇÃO

A rede federal de educação profissional e tecnológica, representada em grande parte pelos Institutos Federais de Educação, representa uma das mais significativas iniciativas no campo educacional brasileiro do século XXI. Inaugurada em 2008 por meio da lei nº 11.892, durante a gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, essa rede foi concebida com o objetivo de ampliar o acesso à educação de qualidade em todo o território nacional, atendendo às demandas regionais específicas e contribuindo para o desenvolvimento local e nacional.

Desde sua criação, os Institutos Federais têm experimentado uma expansão notável. Não apenas em termos de infraestrutura física e número de unidades, mas também em sua capacidade de influenciar positivamente as comunidades em que estão inseridos, promovendo a educação, a pesquisa e a extensão de maneira integrada (Barbosa, 2019).

Dentro deste panorama, o Instituto Federal Goiano (IF Goiano) emerge como uma das instituições mais proeminentes. Sua trajetória é marcada por um crescimento robusto na oferta de cursos, abrangendo desde a formação técnica até pós-graduações *stricto sensu*. O aumento no número de alunos matriculados e a ênfase nas atividades de pesquisa, evidenciada pela oferta de diversos cursos de Mestrado e Doutorado, atestam o compromisso da instituição com a excelência acadêmica e a formação integral de seus estudantes.

No entanto, apesar desses avanços e conquistas, o caminho trilhado pelos Institutos Federais, incluindo o IF Goiano, não está isento de obstáculos. Cortes orçamentários e contingenciamentos, frequentemente implementados, representam desafios significativos. Estas medidas, muitas vezes, parecem desalinhadas com a crescente demanda e as necessidades das instituições, exigindo delas resiliência e adaptabilidade para continuar cumprindo sua missão primordial de educar e transformar (Rossi; Tude, 2021).

Dentro do panorama educacional brasileiro, o Instituto Federal Goiano (IF Goiano) tem se destacado não apenas pela sua contribuição à formação técnica e superior, mas também pelo compromisso com a pesquisa avançada. Atualmente, o IF Goiano oferece 13 cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, e merece destaque especial o programa de doutorado oferecido no campus Rio Verde (IFGOIANO, 2023). O Instituto Federal Goiano (IF Goiano) destaca-se em diversas avaliações, situando-se como a segunda melhor Instituição de Ensino Superior do estado de Goiás (IFGOIANO, 2017). Adicionalmente, é o Instituto Federal mais bem avaliado na região Centro-Oeste do Brasil. Em um contexto nacional, a instituição alcança a notável sétima posição no ranking geral (IFGOIANO, 2023).



A sociedade contemporânea, cada vez mais informada e crítica, tem elevado suas expectativas em relação às instituições públicas, sobretudo aquelas voltadas à educação e pesquisa. Em vez de perceber os recursos destinados a essas áreas como meras despesas, é imperativo reconhecê-los como investimentos vitais para o desenvolvimento sustentável do país. Nesse cenário, surge a necessidade de avaliar como instituições como o IF Goiano têm gerido e correspondido a esses investimentos. Este estudo, portanto, propõe analisar a trajetória orçamentária do IF Goiano desde a criação dos Institutos Federais em 2008 até 2022. Foram examinados aspectos como gastos totais, despesas efetivamente realizadas e indicadores acadêmicos, incluindo o número de alunos inscritos, docentes e a diversidade de cursos ofertados.

O objetivo central deste trabalho foi avaliar a evolução do financiamento executado desde a criação dos Institutos Federais até o orçamento de 2022, com foco particular no Instituto Federal Goiano (IF Goiano), assim, oferece uma visão abrangente e crítica da gestão financeira e acadêmica do IF Goiano ao longo de mais de uma década. Além de sua relevância acadêmica, esta pesquisa tem um valor prático inestimável para os gestores do IF Goiano, fornecendo *insights* e dados que podem orientar a elaboração de diretrizes institucionais e auxiliar no planejamento estratégico da organização.

## **REVISÃO DE LITERATURA**

Neste capítulo, abordaremos a progressão dos investimentos na educação federal no Brasil, com foco especial no Instituto Federal Goiano. Realizaremos uma análise dos orçamentos executados desde a fundação até 2022, juntamente com uma avaliação das variações nos números de alunos, docentes e cursos ao longo desse período.

### **Orçamento Público**

O orçamento público é uma ferramenta crucial para o planejamento e gestão de recursos financeiros do governo. Ele especifica tanto as receitas estimadas que o governo espera arrecadar quanto as despesas fixadas para garantir que os gastos não ultrapassem as receitas. Neste contexto, Ferreira (2017) salienta que o processo de elaboração das leis orçamentárias, embora autorizativo, pode ser comprometido quando a discricionariedade é usada para justificar a não implementação de planejamentos previamente estabelecidos.

A elaboração do orçamento é uma tarefa complexa que envolve diversas etapas legislativas, como a aprovação da Lei do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Essas leis, propostas pelo Poder

Executivo e sujeitas à aprovação do Congresso Nacional, são interdependentes e devem estar alinhadas com as metas e políticas estabelecidas no PPA (Portal da Transparência, 2022).

A execução do orçamento é dividida em três fases: empenho, liquidação e pagamento. O compromisso representa a reserva de recursos para uma finalidade específica, formalizada por meio de uma Nota de Empenho (Brasil, 1964). Na fase de liquidação, verifica-se a conformidade do cumprimento contratual, enquanto o pagamento finaliza a transação financeira (Portal da Transparência, 2022). Estas fases são especialmente relevantes para as Instituições de Ensino Superior (IES), onde o financiamento adequado é vital para a qualidade da educação e a formação de profissionais qualificados. Entretanto, tem-se aplicado que, frequentemente, as despesas nessas instituições excedem os pagamentos, impondo desafios financeiros.

A fiscalização e transparência na execução do orçamento são fundamentais para o funcionamento eficaz da gestão pública e podem ser acessadas no Portal da Transparência do Governo Federal. Portanto, o orçamento público não é apenas uma estimativa financeira, mas também um reflexo das prioridades governamentais em áreas críticas, tais como educação, saúde e segurança (Portal da Transparência, 2022).

Assim, o orçamento público desempenha o papel de um instrumento de planejamento e controle que impacta diretamente a qualidade dos serviços públicos e a gestão eficiente dos recursos financeiros do Estado.

## **Educação Nacional**

A educação é um direito fundamental ligado à dignidade humana, garantida pela Constituição Federal Brasileira. As instituições de ensino superior desempenham um papel vital na promoção desse direito, porém enfrentam desafios financeiros, com cortes orçamentários e contingenciamentos externos. Essas medidas afetam áreas importantes como pesquisa, extensão e ensino. As universidades possuem obrigações e diretrizes a serem seguidas, incluindo planos de carreira e regime jurídico. O financiamento adequado é fundamental para que essas instituições alcancem a excelência em suas missões (Dessen; Polonia, 2007).

Nesse contexto, a discussão sobre a importância da democracia e da cidadania na implementação dos direitos fundamentais se torna crucial. A colaboração entre cidadãos e Estado é vital para a promoção desses direitos, incluindo o direito à educação. A cidade, como espaço educador e humanizador, tem o potencial de reduzir desigualdades e vulnerabilidades, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva. No entanto, a implementação eficaz dessas políticas enfrenta obstáculos, como a disseminação de informações incorretas e *fake news* (Polleti Bettini *et al.*, 2022).

Polleti Bettini et al. (2022) afirmam que, a Administração Pública e os meios de comunicação têm um papel importante na educação para a cidadania, fornecem informações corretas e assertivas. A descentralização administrativa e a participação dos cidadãos na prestação de serviços públicos também são aspectos fundamentais para a promoção da cidadania e da democracia. Além disso, é essencial que a cidade seja um espaço inclusivo que acolha todos, incluindo grupos vulneráveis como pessoas com deficiência, idosos e crianças.

A discussão também ressalta a necessidade de abordar desigualdades e discriminações, como as de gênero e raça, por meio de políticas públicas inclusivas e da educação para a cidadania. Tecnologias assistivas e veículos de comunicação são visíveis como ferramentas valiosas para reduzir desigualdades e promover a inclusão. A busca pelo bem comum e a promoção de vivências democráticas são compromissos constitucionais que fortalecem a democracia e, por extensão, o sistema educacional. Portanto, a educação é vista não apenas como um direito fundamental, mas também como um meio para alcançar uma sociedade mais justa, solidária e igualitária (Polleti Bettini et al., 2022).

A educação, em sua essência, é mais do que apenas um mecanismo de transmissão de conhecimento; é um direito fundamental intrinsecamente ligado à dignidade humana. Esta premissa está solidamente ancorada na Constituição Federal Brasileira, onde a educação é consagrada como um direito social fundamental, conforme delineado no artigo 6º (Brasil, 1998). Além disso, os artigos 205 a 212 da CF (Brasil, 1998) estabelecem as parâmetros e diretrizes que regem este direito, garantindo a todos os cidadãos o acesso à educação de qualidade.

Segundo Nunes Júnior e colaboradores (2022), o artigo 205 da Constituição estipula que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, transferindo o pleno desenvolvimento da pessoa e sua preparação para o exercício da cidadania. O artigo 206 enfatiza princípios norteadores para a oferta educacional, como igualdade de acesso e permanência na escola, liberdade de aprendizagem e pluralismo de ideias. Além disso, o artigo 207 concede autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial às universidades.

Avançando para o artigo 208, este detalha as modalidades de ensino que devem ser garantidas pelo Estado, incluindo a educação básica obrigatória e gratuita para os 4 aos 17 anos e o acesso aos níveis mais elevados de ensino. Já o artigo 209 estabelece que o ensino privado poderá ser exercido, desde que cumpridas certas condições impostas pela legislação. O artigo 210 define diretrizes e bases para a fixação de currículos escolares, enquanto o artigo 211 aborda a distribuição de responsabilidades e competências entre os entes federativos na oferta

de educação. Por fim, o artigo 212 estabelece a obrigatoriedade de aplicação de recursos públicos em educação (Nunes Júnior *et al.*, 2022).

As instituições de ensino superior, em sua complexidade e diversidade, são pilares centrais na promoção e realização deste direito. Elas são caracterizadas pela integração de múltiplos processos produtivos, englobando ensino, pesquisa e extensão. As universidades são ambientes pluridisciplinares que desempenham um papel vital na formação de profissionais de nível superior, na condução de pesquisas inovadoras, na promoção da extensão comunitária e no cultivo contínuo do saber humano.

Para que essas instituições alcancem a excelência em suas missões, é imperativo um financiamento adequado. As universidades federais, em particular, são fortemente dependentes das verbas alocadas pelo governo federal, que não apenas sustentam a formação acadêmica, mas também cobrem uma miríade de custos operacionais associados (Gil; Emmel, 2008).

No entanto, o cenário recente tem sido marcado por desafios financeiros; cortes orçamentários e contingenciamentos têm se tornados frequentes, impactando diretamente áreas pertencentes como pesquisa, extensão e, claro, ensino.

É importante ressaltar que as universidades, em virtude do seu estatuto jurídico especial, possuem uma série de obrigações e diretrizes a serem seguidas. Eles devem atender às especificidades de sua estrutura, organização e, crucialmente, ao modo como são financiados pelo Poder Público. Isso engloba aspectos como planos de carreira para seu corpo docente e técnico-administrativo, bem como o regime jurídico ao qual são submetidos (Ponte, 2020).

É relevante abordar como essas instituições apresentam suas informações financeiras. Um estudo feito por Da Silva e Rissi (2020) analisou os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) das universidades federais brasileiras e revelou que a apresentação de dados orçamentários varia significativamente entre as instituições. Cerca de 44% dos PDIs examinados incluíam informações sobre previsão orçamentária, que abrangiam despesas com pessoal, outras despesas correntes, investimentos e receitas próprias e do Tesouro Nacional. Além disso, 29 dos PDIs fornecem detalhes sobre a execução orçamentária, incluindo o orçamento previsto e o orçamento efetivamente executado.

O estudo também revelou que o orçamento público brasileiro é composto por várias peças orçamentárias, como a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA). Essas leis e planos são cruciais para a manutenção da qualidade do ensino superior nas universidades federais. O PDI, por sua vez, é um documento exigido pelo Ministério da Educação que deve conter informações financeiras

e orçamentárias, tornando-se uma ferramenta essencial para a transparência e a gestão eficaz dessas instituições (Da Silva; Rissi, 2020).

O estudo também discutiu a categorização das despesas públicas e a importância do orçamento na implementação de mudanças estratégicas e na gestão universitária. No entanto, o estudo concluiu que não há um padrão uniforme na apresentação dessas informações nos PDIs, o que sugere a necessidade de mais pesquisas e possivelmente de diretrizes mais claras para a apresentação de informações orçamentárias pelas universidades federais.

### **Universidades Federais e Institutos Federais**

Nesta seção, destacaremos as diferenças entre Universidades Federais e Institutos Federais no contexto do sistema educacional brasileiro. Embora ambas sejam instituições de ensino superior financiadas pelo governo federal, apresentam características específicas em termos de missão, estrutura e foco acadêmico. Essa análise fornecerá *insights* sobre o papel único desempenhado por cada uma dessas instituições na paisagem educacional do país.

As Universidades Federais, exemplificadas pela UFV, geralmente possuem um foco mais acadêmico e são peculiares para a pesquisa, oferecendo uma ampla gama de cursos desde a graduação até o doutorado. Essas instituições se destacam por sua variedade de campos de estudo, abrangendo desde a graduação até o doutorado, as ciências humanas até as ciências exatas e biológicas (Silva, 2019).

Em contrapartida, os Institutos Federais têm um enfoque mais direcionado para a educação técnica e profissionalizante. Embora apresentem cursos de graduação e pós-graduação, a especialização muitas vezes está em fornecer habilidades práticas aplicáveis no mercado de trabalho (Brazorotto, 2021). Além disso, os Institutos Federais têm um mandato mais explícito para o envolvimento com as comunidades locais por meio de atividades de extensão, sendo projetados para serem flexíveis e responderem diretamente às necessidades da indústria e da comunidade local, oferecendo cursos imediatamente relevantes para o mercado de trabalho local.

A pesquisa de Dayana Trento (2020) analisou o comportamento dos custos em universidades federais brasileiras de 2000 a 2019. O estudo revelou que universidades com maiores custos geralmente têm mais infraestrutura, tempo de funcionamento é destaque em diversas variáveis educacionais. Por exemplo, a UFRJ, com o maior custo médio, também lidera em número de alunos, docentes, cursos e grupos de pesquisa. Em contraste, universidades mais novas e com menores custos, como a UFAPÉ, têm menos infraestrutura e menor desempenho nas variáveis analisadas.

O estudo também desmistifica a ideia de que os custos das universidades federais estão sempre aumentando. Houve períodos de redução de custos, como de 2000 para 2001 e de 2014 para 2015. Além disso, o comportamento dos custos não pode ser explicado por uma única variável; é o resultado de um conjunto de fatores, incluindo número de alunos, docentes, cursos, produções científicas, entre outros. A pesquisa também mostrou que a região Sudeste tem o maior orçamento executado e lidera em várias variáveis, seguida pelas regiões Nordeste e Sul. As regiões Centro-Oeste e Norte não se destacaram em nenhuma das variáveis analisadas. Em termos de correlação, a maioria das variáveis educacionais apresentou correlação moderada ou forte com o orçamento executado. No entanto, algumas variáveis, como número de alunos da educação básica e atendimentos no Hospital Universitário, não mostraram significância estatística. A pesquisa conclui que análises simplistas, como o custo por aluno, são insuficientes para entender a complexidade dos custos nas universidades. O estudo sugere que os resultados podem ser úteis para a formulação de políticas públicas em educação superior e incentiva pesquisas futuras para uma compreensão mais profunda do comportamento dos custos.

Esses achados são particularmente relevantes no contexto educacional brasileiro, onde as universidades enfrentam desafios financeiros e orçamentários. O financiamento adequado é crucial para que essas instituições cumpram suas missões de ensino, pesquisa e extensão de forma eficaz.

Reis e Macário (2020) examinou o financiamento das universidades federais e da Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil no contexto da dívida pública. A pesquisa revela que, de 2003 a 2019, quase 19% do orçamento federal foi alocado para o pagamento da dívida pública, enquanto apenas 0,34% e 1,62% foram destinados para C&T e universidades federais, respectivamente. O orçamento de 2020 indica um aumento nos gastos com a dívida e uma redução no financiamento para as universidades e C&T. Este padrão de acumulação rentista, que prioriza o pagamento da dívida em detrimento do investimento em áreas estratégicas, tem raízes históricas e foi mantido mesmo durante governos que se identificavam como progressistas.

O estudo de Reis e Macário (2020) também destaca que essa abordagem de financiamento está alinhada com uma forma de neoliberalismo que favorece o capital rentista e tem impactos negativos sobre o ensino superior e a pesquisa científica no Brasil. Mesmo durante períodos de políticas mais progressistas, houve uma tendência de mercantilização da educação superior, com programas como FIES e ProUni canalizando recursos públicos para o setor privado. Essas políticas, embora tenham objetivos nobres como a expansão do acesso ao ensino superior, acabam por concentrar capital nas mãos de poucos grupos empresariais e

orientar a educação e a pesquisa para atender às demandas do mercado, em vez de objetivos sociais e acadêmicos mais amplos. Assim, o estudo serve como um alerta sobre as consequências do subfinanciamento crônico das universidades federais e da C&T no Brasil, especialmente no contexto de um padrão de acumulação rentista e políticas neoliberais que têm moldado o cenário econômico e educacional do país. Este subfinanciamento não apenas compromete a qualidade e a competitividade da educação e da pesquisa brasileiras, mas também limita o potencial dessas instituições de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

## **METODOLOGIA**

Neste estudo, de caráter descritivo e abordagem qualitativa com aspectos quantitativos, realizamos uma análise do contexto orçamentário federal para a educação, com atenção especial ao Instituto Federal Goiano (IF Goiano). Esta análise foi motivada pela crescente relevância e impacto do IF Goiano no cenário educacional brasileiro, bem como pelos desafios orçamentários enfrentados ao longo dos anos.

Para a coleta de dados, utilizamos a pesquisa documental como principal técnica, explorando documentos e registros oficiais, como o Relatório de Gestão disponível no site oficial do IF Goiano, e a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), uma ferramenta virtual especializada na coleta, validação e divulgação de estatísticas oficiais relacionadas à Rede Federal de Educação Profissional.

O escopo da análise abrangeu a evolução orçamentária do IF Goiano no período de 2009 a 2022, incluindo indicadores acadêmicos como número de alunos matriculados, docentes ativos e a diversidade de cursos oferecidos.

Os dados foram transferidos por um processo rigoroso de tratamento e organização. Estruturamos uma base de dados incluindo variáveis como orçamento anual (variável  $x$ ), número de alunos matriculados (variável  $y$ ) e número de docentes ativos (variável  $z$ ). Utilizando ferramentas do Excel, compilamos os dados em planilhas planejadas para facilitar a análise subsequente..

Para uma interpretação mais intuitiva e visual dos resultados, elaboramos diversos gráficos destacando tendências, padrões e insights relevantes. Além disso, conduzimos uma análise de esplendor entre as variáveis para entender suas inter-relações e identificar padrões ou tendências relevantes para a compreensão do desempenho e da trajetória do IF Goiano durante o período desenvolvido.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A questão da governança na administração pública tem sido objeto de escrutínio e discussão contínua, especialmente no que diz respeito ao respeito à conduta ética, transparência e responsabilidade. Nesse contexto, Souza Filho (2022) oferece uma contribuição valiosa, enfatizando a importância de estabelecer mecanismos de controle robusto.

Segundo o autor, uma governança eficaz deve ser pautada não apenas por boa conduta, mas também por sistemas que formalizem essa conduta por meio de sanções e recompensas para administradores públicos. Esses mecanismos servem como instrumentos para formalizar a responsabilidade dos gestores, ao mesmo tempo em que reforçam a transparência nas operações de gestão pública. No IF Goiano, a governança e a gestão atuam de forma integrada, conduzindo o direcionamento estratégico da instituição (IFGOIANO, 2022).

O Instituto Federal Goiano, uma autarquia federal criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, cujo Estatuto foi publicado pela Resolução nº 1, de 19 de agosto de 2009, localizada na Rua C-137, It.05. Qd.567, Sala 03, Setor Nova Suíça, na cidade de Goiânia/GO, CEP: 74.275-060, CNPJ 10.651.417/0001-78, Gestão 26407, Unidade Gestora 158124, em pleno funcionamento, subordinado ao Ministério da Educação e responsabilidade da SETEC/MEC, tem como função de governo a educação, nas áreas de Ensino Médio, PROEJA, Técnico e Tecnológico, Superior e de Pós-graduação (IF GOIANO, 2010), é um tipo de serviço autônomo, para um melhor funcionamento de sua rede.

Para compreender em detalhes a gestão financeira e o desempenho do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), é crucial examinar sua trajetória orçamentária. A análise da Tabela 1, que será apresentada a seguir, torna-se essencial para avaliar a eficácia da gestão do IF Goiano ao longo do período de 2009<sup>1</sup> a 2022, baseando-se em normativas rigorosas de transparência.

A Tabela 1 apresenta informações cruciais relacionadas ao orçamento do IF Goiano no período de 2009 a 2022. Essa análise se baseia em normativas rigorosas de transparência e desempenha um papel fundamental na avaliação da gestão da instituição. A seguir, serão explorados detalhadamente os dados contidos na tabela para proporcionar uma visão abrangente do panorama financeiro do IF Goiano.

---

<sup>1</sup> Relatórios de Gestão referentes aos Institutos Federais iniciam a partir do ano de 2009, em consonância com a criação dessas instituições em dezembro de 2008. Essa prática permite informar os resultados alcançados um ano após o estabelecimento oficial dos Institutos Federais.



**Tabela 1 - Orçamento executado entre os anos 2009 até 2022.**

Ano Base	<sup>2</sup> Gastos Totais	Variação percentual	<sup>3</sup> Despesas Pagas	Variação percentual	Proporção entre Despesas pagas e Gastos Totais
2009	R\$ 71.831.958,00	-	R\$ 125.323.454,46	-	-
2010	R\$ 89.580.084,00	24,71%	R\$ 142.983.740,00	14,09%	159,62%
2011	R\$ 108.012.778,00	20,58%	R\$ 142.628.838,00	-0,25%	132,05%
2012	R\$ 161.137.417,00	49,18%	R\$ 185.839.932,00	30,30%	115,33%
2013	R\$ 188.510.965,00	16,99%	R\$ 409.760.190,00	120,49%	217,37%
2014	R\$ 217.010.020,70	15,12%	R\$ 360.721.651,05	-11,97%	166,22%
2015	R\$ 246.010.556,24	13,36%	R\$ 381.368.607,00	5,72%	155,02%
2016	R\$ 269.855.974,72	9,69%	R\$ 242.472.049,00	-36,42%	89,85%
2017	R\$ 302.451.577,00	12,08%	R\$ 240.727.028,00	-0,72%	79,59%
2018	R\$ 342.500.620,00	13,24%	R\$ 293.033.000,00	21,73%	85,56%
2019	R\$ 338.544.173,28	-1,16%	R\$ 290.016.000,00	-1,03%	85,67%
2020	R\$ 340.468.701,82	0,57%	R\$ 292.741.886,45	0,94%	85,98%
2021	R\$ 361.166.312,10	6,08%	R\$ 307.122.956,00	4,91%	85,04%
2022	R\$ 373.826.654,00	3,51%	R\$ 331.852.958,00	8,05%	88,77%

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício e Plataforma Nilo Peçanha (Adaptado)

A análise financeira apresentada na Tabela 1 é de suma importância para compreender a trajetória orçamentária do IF Goiano entre 2009 e 2022. Em estrita conformidade com normativas essenciais, como a Instrução Normativa TCU nº 57 de agosto de 2008, a Decisão Normativa TCU nº 100 de outubro de 2009, e portarias subsequentes do TCU e da CGU, o IF Goiano mantém um compromisso rigoroso com a transparência. Anualmente, o Relatório de Gestão é publicado, destacando-se como um instrumento indispensável para avaliações institucionais, proporcionando uma base sólida de dados e informações que possibilitam uma visão aprofundada sobre o desempenho e a gestão da instituição (IFGOIANO, 2010).

Um aspecto digno de destaque é a descentralização das despesas pagas, uma prática que confere autonomia aos diversos *campi* da instituição (IFGOIANO, 2016). Essa autonomia se reflete na subdivisão das despesas em três categorias primordiais: Gastos com pessoal, custeio e investimento.

<sup>2</sup> Gastos totais: Representam os valores totais despendidos durante o período em análise, independentemente do status de pagamento. Incluem despesas pagas e aquelas que foram apenas registradas contabilmente, mas não necessariamente liquidadas.

<sup>3</sup> Despesas pagas: Refletem as despesas efetivamente executadas e liquidadas no decorrer do ano em questão. São valores referentes a transações financeiras realizadas e quitadas no período analisado.

Ao analisarmos a Tabela 1 de maneira detalhada, torna-se evidente uma tendência de crescimento nos gastos totais ao longo dos anos. Curiosamente, as despesas pagas apresentam uma variação mais significativa. Em certos anos, essas despesas ultrapassaram consideravelmente os gastos totais, possibilitando a possível utilização de recursos acumulados ou reservas de anos anteriores. Nos anos mais recentes, observamos uma aproximação entre as despesas pagas e os gastos totais, diminuindo potencial contenção ou otimização dos gastos (Almeida, 2023).

Uma métrica essencial para esta análise é a relação percentual entre despesas pagas e gastos totais em cada ano. Tomemos o ano de 2013 como exemplo, onde as despesas pagas totalizaram R\$ 409.760.190,00, enquanto os gastos totais foram de R\$ 188.510.965,00, resultando em uma relação percentual de aproximadamente 217%. Esse valor elevado sugere a possível utilização de reservas acumuladas ou realocação de fundos de outras fontes. Outro ano digno de nota é 2016, com despesas pagas de R\$ 242.472.049,00 e gastos totais de R\$ 269.855.974,72, resultando em uma relação de aproximadamente 90%. Esse índice aponta para um alinhamento mais estreito entre despesas e gastos, diminuindo uma possível fase de contenção ou eficiência orçamentária.

Essas análises percentuais e as discrepâncias observadas em determinados anos podem ser reflexos de diversos fatores, desde a eficiência na alocação de recursos até a influência de políticas de contingenciamento. A análise desses dados é crucial para compreender a dinâmica financeira do IF Goiano ao longo do tempo e para avaliar a eficácia de suas práticas de gestão financeira.

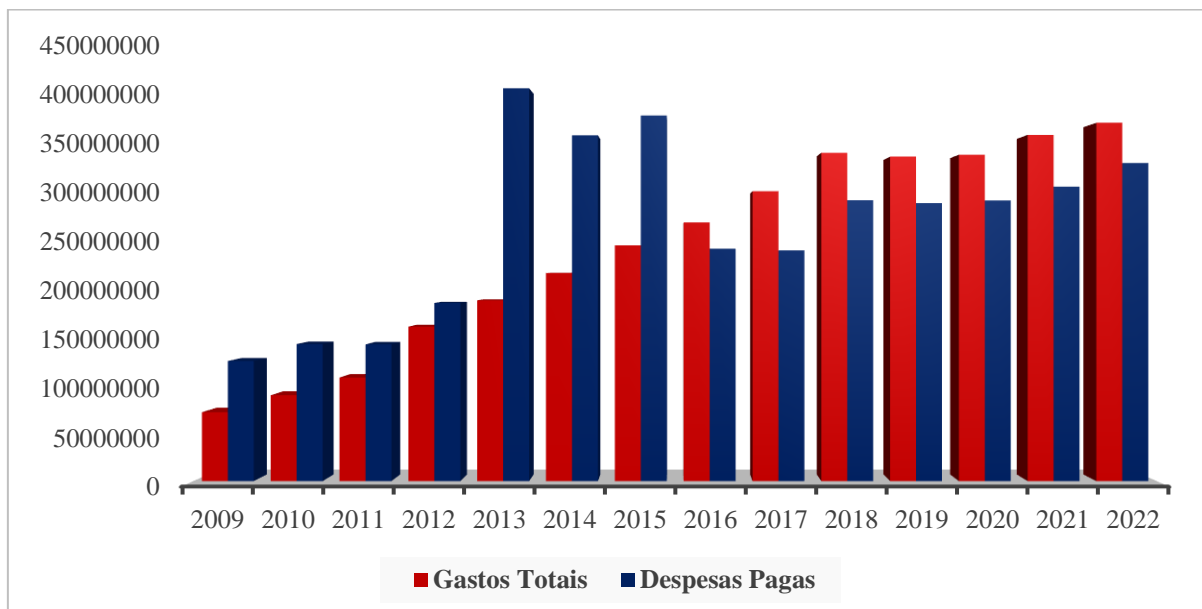
## **Despesas**

O IF Goiano recebe anualmente uma dotação orçamentária, que é distribuída entre diferentes eixos: Dotação Atual, Empenhado, Liquidado e Pago. A Dotação Atual representa o montante total destinado ao Instituto. O Valor Empenhado é a quantidade que efetivamente será gasta durante o ano. O Valor Liquidado corresponde à comprovação das obrigações a serem pagas. Por fim, o Valor Pago representa o montante efetivamente desembolsado (UFV, 2021). As despesas custeadas pelo IF Goiano incluem Pagamento de Pessoal (ativo e inativo), Custeio e Investimentos.

Para a elaboração do gráfico (Figura 1), os valores referentes ao Pagamento de Pessoal, Custeio e Investimentos foram somados, representando assim os gastos totais do Instituto Federal Goiano. As Despesas Pagas contribuíram ao valor efetivamente desembolsado para

cobrir esses gastos totais. Essa análise visual fornece uma compreensão clara da distribuição e do comportamento dessas despesas ao longo do tempo.

**Figura 1 – Gastos totais x Despesas pagas entre os anos 2009 até 2022.**



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício e Plataforma Nilo Peçanha (Adaptado)

Uma análise das variáveis coletadas desde a criação do IF Goiano até 2022 revela um aumento constante nos gastos totais, chegando a superar as despesas pagas em alguns anos. Esse padrão reflete desafios enfrentados pela instituição devido às leis orçamentárias. Até 2015, o IF GOIANO estava em uma fase de crescimento e aprimoramento em sua qualificação. No entanto, a partir de 2016, houve um reverso em suas despesas e gastos totais, principalmente devido à atraso na aprovação do orçamento, que foi insuficiente para cobrir as despesas de custeio, e ao contingenciamento de 47% dos investimentos (IFGOIANO, 2017).

É importante compreender o conceito de contingenciamento, que, conforme explicado por Caleiro (2019), refere-se a um congelamento temporário de verbos que pode ser revertido caso a situação das contas públicas melhore, diferenciando-se de um corte de verbos, o que implica em uma redução permanente no orçamento. O contingenciamento é uma estratégia fiscal cautelar imposta pelos governos desde 2014, restringindo temporariamente a alocação de recursos em áreas-chave para avaliar a necessidade de cortes orçamentários permanentes (Fonseca, 2019). Essa prática tem implicações importantes, especialmente nos setores de educação, ciência e tecnologia, onde o bloqueio temporário de recursos pode comprometer a qualidade educacional, inibir avanços em pesquisa e inovação, e impactar níveis o desenvolvimento socioeconômico do país (Pessali, 2019).

No cenário mais recente, em 27 de maio de 2022, o governo federal brasileiro efetuou um bloqueio orçamentário que afetou consideravelmente as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O corte, correspondente a 14,5% do orçamento anual dessas instituições, coloca em risco a manutenção das atividades acadêmicas, tornando incerta a conclusão do ano letivo. O bloqueio também impacta níveis de recursos de custeio e investimento, assim como o financiamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (UFG, 2022)

Essa medida ocorre em um momento crítico, com o retorno das atividades acadêmicas presenciais, exigindo investimentos adicionais em infraestrutura e protocolos de biossegurança. O bloqueio não apenas compromete a manutenção dos prédios e laboratórios, mas também afeta o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Em repúdio aos cortes, as IFES de Goiás e outros atores sociais apelam veementemente à sociedade e ao poder legislativo para que haja uma recomposição integral dos fundos destinados à educação no orçamento de 2022.

### **Matrículas x Inscritos**

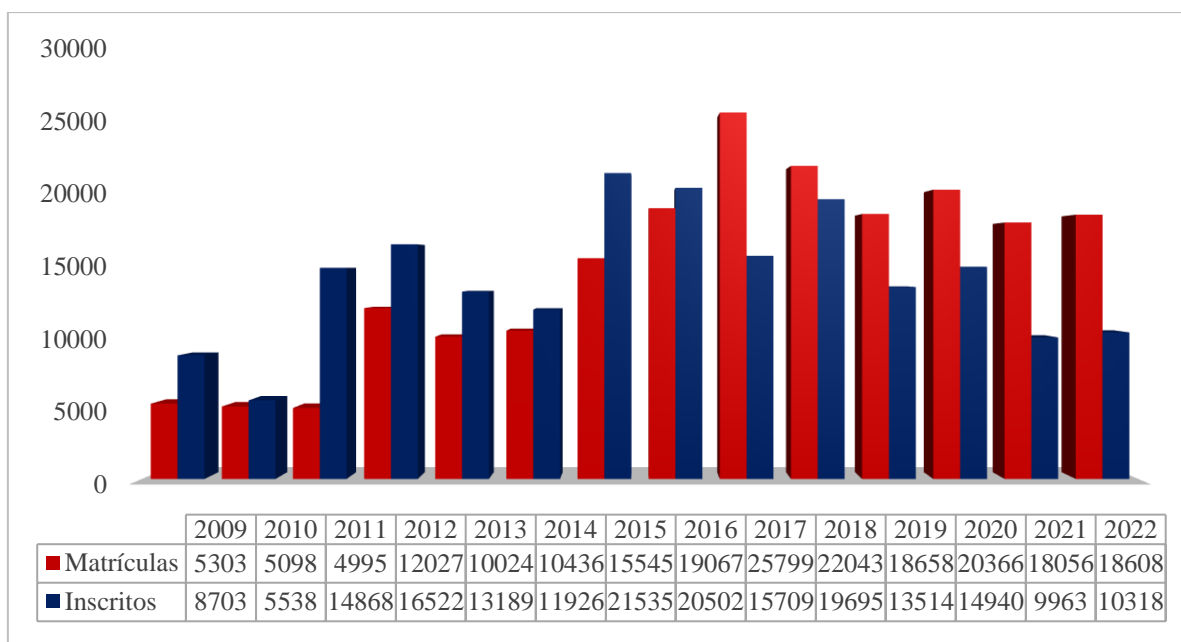
O número de matrículas<sup>4</sup> está apresentado na Figura, considerando os estudantes regularmente matriculados na instituição. As formas de ingresso incluem processo seletivo, reingresso, transferência, portador de diploma, transferência ex officio, convênio, intercâmbio ou acordo cultural. Através destas modalidades de ingresso, são contabilizados os números de inscritos<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Matrículas: Representam a quantidade de alunos oficialmente registrados e matriculados na instituição de ensino durante o período em análise.

<sup>5</sup> Inscritos: Refere-se aos meios pelos quais os alunos se cadastram ou se inscrevem para ingressar na instituição. Isso pode incluir processos como inscrições online, presenciais, vestibulares, entre outros métodos adotados pela instituição.

**Figura 2 - Quantidade de Matrículas x Inscritos entre os anos 2009 até 2022.**



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício e Plataforma Nilo Peçanha (Adaptado)

O gráfico retrata um diferencial temporal que evidencia ao longo dos anos a quantidade de matrículas que vem superando o número de inscritos.

É notável que há uma variação específica no número de matrículas ao longo dos anos. A Figura 2 oferece uma representação gráfica dessa tendência, permitindo uma análise visual das flutuações no número de estudantes regularmente matriculados na instituição.

As diferentes formas de ingresso, como processo seletivo, reingresso, transferência, portador de diploma, transferência ex officio, convênio, intercâmbio ou acordo cultural, atrativos para a diversidade do corpo discente do IF Goiano. Esses diferentes modos de acesso refletem a abertura da instituição para atender a uma variedade de perfis de estudantes, promovendo a inclusão e possibilitando a entrada de pessoas em diferentes avanços de suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

É crucial analisar não apenas o número absoluto de matrículas, mas também compreender as tendências associadas a cada forma de ingresso ao longo dos anos. Essa análise mais detalhada pode fornecer insights valiosos sobre a eficácia das políticas de admissão, a demanda por diferentes modalidades de ensino e as características do corpo discente ao longo do tempo.

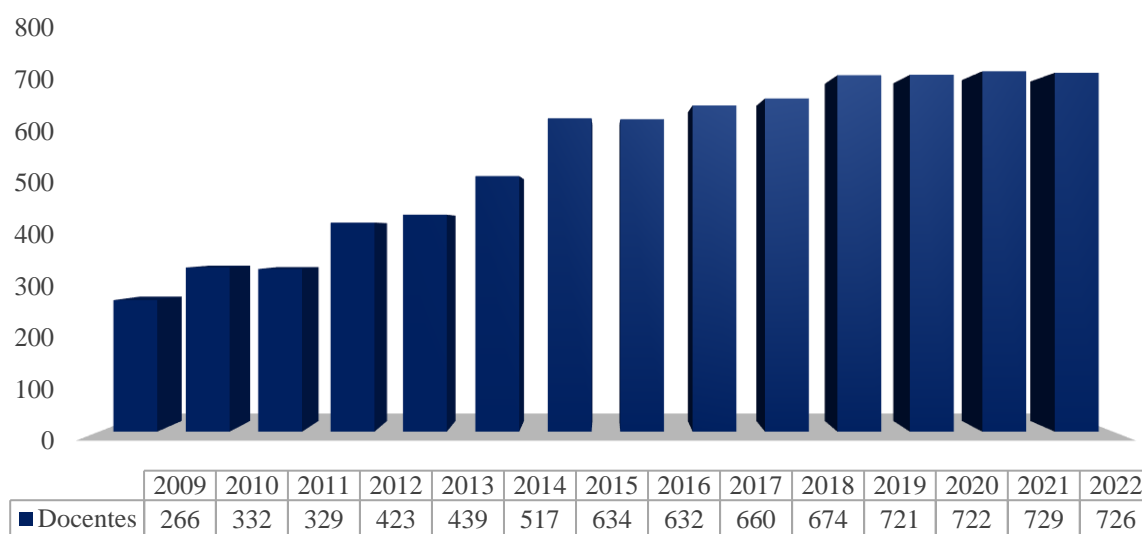
Por fim, considerando a relevância desses dados para a gestão e o planejamento institucional, é preciso uma análise mais aprofundada das variações nas matrículas, considerando fatores como políticas de expansão, mudanças demográficas, oferta de cursos e

programas, entre outros, para uma compreensão mais abrangente do cenário educacional do IF Goiano.

## Docentes

Houve um aumento no quadro docente (Figura 3) ao longo dos anos, em decorrência do número significativo de alunos.

**Figura 3 - Número de docentes entre os anos de 2009 até 2022.**



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício e Plataforma Nilo Peçanha (Adaptado)

## Cursos

Atualmente, o IF Goiano é composto pela Reitoria, pelos 12 *campi*, pelo Centro de Referência e pelo Polo de Inovação situados em Rio Verde. Os cursos oferecidos (Tabela 2) incluem bacharelado, doutorado, especialização, licenciatura, mestrado profissional, qualificação profissional, técnico e tecnólogo, totalizando cerca de 232 cursos disponíveis para todos, proporcionando ensino de qualidade e gratuito. As variáveis foram coletadas do ano de 2017 até o ano de 2022.

**Tabela 2 - Cursos ofertados.**

TIPO DE CURSOS	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Bacharelado	21	26	32	39	41	50
Doutorado	1	1	1	2	1	2
Especialização (Lato Sensu)	11	15	20	19	19	22
Licenciatura	11	16	18	20	20	20
Mestrado	2	2	2	3	3	3
Mestrado Profissional	7	8	9	9	8	11
Qualificação Profissional	52	33	23	59	16	18
Técnico	156	135	102	98	89	91
Tecnologia	10	11	13	13	14	14
<b>TOTAL:</b>	<b>271</b>	<b>253</b>	<b>219</b>	<b>262</b>	<b>211</b>	<b>232</b>

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício e Plataforma Nilo Peçanha (Adaptado)

### **Relação nº de alunos x nº de professores x nº de cursos de 2017 a 2022**

A análise dos dados apresentados revela diversas dimensões que podem ser exploradas em um contexto educacional. Primeiramente, o número de cursos mostrou uma tendência de diminuição até 2019, seguido de um aumento em 2020 e uma subsequente queda em 2021 e 2022. Essa flutuação pode ser interpretada como um reflexo de mudanças na demanda do mercado, políticas educacionais ou eventos globais como a pandemia da COVID-19.

Em relação ao número de matrículas, observa-se uma tendência similar de queda até 2019, com um aumento em 2020 e, novamente, uma diminuição nos anos subsequentes. A flutuação no número de matrículas é um aspecto crítico, pois tem implicações diretas no financiamento das instituições de ensino e na qualidade da educação fornecida.

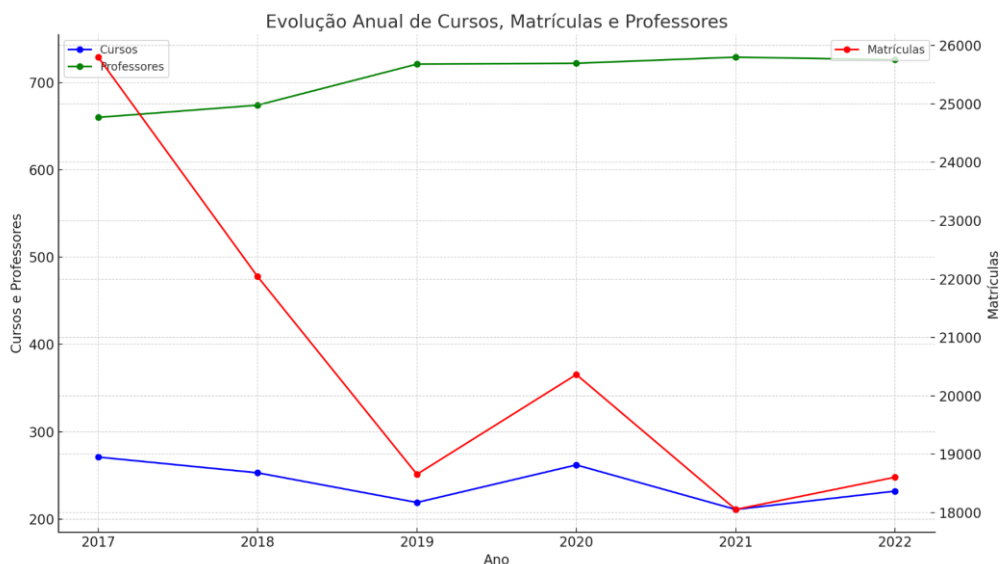
Contrastando com as outras duas métricas, o número de professores mostrou uma tendência geral de aumento ao longo dos anos, com pequenas variações. Esse aumento pode indicar um investimento contínuo em capital humano ou uma necessidade crescente de diversificação nos cursos oferecidos.

Além disso, a relação entre o número de professores e o número de cursos pode fornecer insights sobre a eficiência na utilização de recursos humanos. Da mesma forma, a correlação entre o número de cursos e o número de matrículas pode revelar se os cursos existentes estão sendo eficazes em atrair e reter estudantes.

Fatores externos como crises econômicas, mudanças políticas e a situação do mercado de trabalho também devem ser considerados, pois podem ter um impacto significativo em todas as três métricas analisadas (Figura 4). Isso sugere que, embora possa haver alguma correlação

entre o número de alunos e cursos ofertados, outros fatores também estão em jogo.

**Figura 4 - Relação nº de Cursos, Matrículas e professores (2017 a 2022).**



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício e Plataforma Nilo Peçanha (Adaptado)

Em segundo lugar, o número de docentes mostrou um aumento modesto ao longo dos anos, estabilizando-se em 720 a partir de 2019 (Tabela 3). Essa estabilização, no entanto, não se traduziu em um aumento constante no número de alunos ou cursos.

**Tabela 3 - Relação de nº de Alunos x nº Docentes entre 2017 até 2022.**

ANO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Nº de docentes	660	674	721	722	729	726
Nº de alunos	15.709	19.695	13.514	14.940	9.963	10.318

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício e Plataforma Nilo Peçanha (Adaptado)

Isso sugere que o número de docentes pode não ser o único fator determinante na oferta de cursos ou na atração de alunos, indicando a presença de outros fatores institucionais ou externos que podem estar influenciando essas métricas.

Por último, o número de cursos ofertados apresentou uma variação mais complexa ao longo dos anos estudados. Apesar de um aumento em 2020, seguido por uma diminuição em 2021 e um novo aumento em 2022, essas flutuações não parecem ter um impacto direto e consistente no número de alunos ou docentes. Isso sugere que a oferta de cursos pode ser



influenciada por uma variedade de fatores, incluindo demanda do mercado, políticas institucionais e disponibilidade de recursos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo proporcionou uma análise da trajetória do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), focalizando aspectos cruciais como a gestão orçamentária, despesas, matrículas, quadro de docentes e a diversidade de cursos ofertados. A investigação revelou que a instituição tem mantido um alto grau de transparência em sua gestão orçamentária, mesmo diante de desafios financeiros significativos, incluindo contingenciamentos e cortes orçamentários. Este compromisso com a transparência é evidenciado pela publicação anual do Relatório de Gestão, que serve como um instrumento indispensável para avaliações institucionais.

No que diz respeito ao número de matrículas e inscritos, observou-se que as matrículas têm consistentemente superado o número de inscritos ao longo dos anos. Este fenômeno pode ser interpretado como um indicativo de uma alta taxa de retenção estudantil ou sucesso nos processos seletivos, o que, por sua vez, reflete a qualidade da educação oferecida.

Quanto ao quadro de docentes, houve um aumento notável ao longo dos anos, o que sugere um esforço consciente da instituição em manter uma proporção aluno-professor saudável. Este é um aspecto crucial para a qualidade da educação e indica um compromisso da instituição com a excelência acadêmica. A diversidade e quantidade de cursos oferecidos pelo IF Goiano também foram notáveis. A instituição oferece uma gama ampla de cursos, desde o ensino técnico até o doutorado, o que demonstra o alcance e a profundidade de sua missão educacional.

Além disso, a análise das relações entre o número de alunos, o número de docentes e a quantidade de cursos ofertados revelou uma complexidade que não pode ser explicada por um único fator. Esta complexidade sugere a presença de múltiplos fatores, tanto institucionais quanto externos, que podem estar influenciando estas métricas.

Em um contexto de desafios orçamentários e políticos, como o contingenciamento de verbas e cortes orçamentários, o IF Goiano tem demonstrado uma notável resiliência. No entanto, é imperativo que a instituição continue a se adaptar e inovar para manter sua excelência em um ambiente educacional em constante mudança.

O estudo serve como um diagnóstico abrangente do estado atual do IF Goiano e oferece uma base sólida para futuras investigações. Dada a complexidade das relações entre as variáveis estudadas, recomenda-se que pesquisas futuras adotem uma abordagem multidisciplinar,

incorporando aspectos econômicos, políticos e sociais para fornecer *insights* mais profundos sobre a dinâmica institucional. Portanto, esta pesquisa serve não apenas como um diagnóstico do estado atual do IF Goiano, mas também como um ponto de partida para uma agenda de pesquisa mais ampla e aprofundada.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. das G. M. de. **Execução orçamentária e políticas de financiamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba: 2016-2021**. 2023. 140p. Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para o exame de qualificação. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27008>. Acesso em: 16 out. 2023.

BARBOSA, M. L. de O. Democratização ou massificação do Ensino Superior no Brasil? **Educ. Puc.**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 240-253, maio de 2019. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-39932019000200240&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-39932019000200240&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L4320.htm](https://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4320.htm). Acesso em: 28 out. 2023.

BRAZOROTTO, C. M.; VENCO, S. B.. Educação profissional no Brasil: história e política dos Institutos Federais. **ETD - Educ. Temat. Digit.**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 487-505, abr. 2021. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-25922021000200487&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-25922021000200487&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 16 out. 2023.

CALEIRO, J. P.. Qual é, afinal, a diferença entre corte e contingenciamento? **Exame**, 2019. Disponível em: <https://exame.com/economia/qual-e-afinal-a-diferenca-de-corte-e-contingenciamento/>. Acesso em: 23 out. 2023.

DA SILVA, M. W.; RISSI, M.. Análise de informações orçamentárias presentes nos planos de desenvolvimento institucional das universidades federais brasileiras. **Revista Reuna**, [s.l.], v. 25, n. 4, p. 68-83, 2020. Disponível em: <https://revistas.una.br/reuna/article/view/1166>. Acesso em: 27 out. 2023.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. da C. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/dQZLxXCsTNbWg8JNGRcV9pN/>. Acesso em: 23 out. 2023.

FERREIRA, F. G. B. de C. **O Orçamento Público Brasileiro e a Relação entre os Poderes na Gestão das Finanças Públicas com o Surgimento das Emendas Parlamentares Vinculantes**. 2017. 324 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186212/PDPC1350-D.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

FONSECA, M. da. **Governos de Dilma e Temer também cortaram verbas da educação**.

Publicado em 15/05/2019. Disponível em:  
[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/05/15/interna\\_politica,1054070/governos-de-dilma-e-temer-tambem-cortaram-verbas-da-educacao.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/05/15/interna_politica,1054070/governos-de-dilma-e-temer-tambem-cortaram-verbas-da-educacao.shtml). Acesso em: 16/10/2023.

GIL, Maria Stella Coutinho de Alcantara; EMMEL, Maria Luisa Guillaumon. **Metodologia para Projetos de Extensão**: Apresentação e Discussão. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos: Cubo Multimídia, 2008. 666 p. Disponível em: <https://www.comunidadeaprendizagem.com/uploads/materials/208/58ccdbd131c42ed6515fa1df582e24d7.pdf>. Acesso em: 29/09/2023.

IFGOIANO. **Prestação de contas ordinária anual: Relatório de gestão do exercício 2010**.

Goiânia: [s.n.]. Disponível em:  
<<https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/Relatorio-de-Gestao-IFGoiano-2010.pdf>>.

IFGOIANO. **Relatório de gestão do exercício de 2016**. Goiânia: [s.n.]. Disponível em:

<[https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/Relatório\\_de\\_Gestão\\_2016\\_IF\\_Goiانو\\_-\\_Versão\\_1.0.pdf](https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/Relatório_de_Gestão_2016_IF_Goiانو_-_Versão_1.0.pdf)>.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Governança**. 2022. Disponível em:  
<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/governanca.html>. Acesso em: 29 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **IF Goiano se destaca em avaliação do Índice Geral de Cursos**. ANO? Disponível em:

<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/component/content/article/160-noticias-antiores/22573-if-goiano-se-destaca-em-avaliacao-do-indice-geral-de-cursos.html>. Acesso em: 28 set. 2023.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **IF Goiano tem dois novos programas de pós-graduação aprovados**:

Capes aprova a criação do Mestrado Profissional em Administração e Doutorado em Agroquímica, ambos no Campus Rio Verde. 2023. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/component/content/article/176-destaque-rio-verde/23342-if-goiano-tem-dois-novos-programas-de-pos-graduacao-aprovados-3.html>. Acesso em: 28 set. 2023.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **IF Goiano é a segunda melhor instituição de ensino superior pública de Goiás**:

Resultado refere-se ao Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), divulgado pelo Inep. Universidade Federal de Goiás (UFG) ocupa primeiro lugar no ranking. 17 de mar. 2017. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/ultimas-noticias/5150-if-goiano-e-a-segunda-melhor-instituicao-de-ensino-superior-publica-de-goias>. Acesso em 26 out. 2023.

IFGOIANO. **Prestação de contas ordinária anual: Relatório de gestão do exercício 2009**.

Goiânia: [s.n.]. Disponível em:  
<<https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/Relatorio-de-Gestao-IFGoiano-2009.pdf>>.

IFGOIANO. **Relatório de gestão do exercício de 2015**. Goiânia: [s.n.]. Disponível em: <[https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/Relatório\\_de\\_Gestão\\_2015\\_IF\\_Goiano\\_-\\_Versão\\_1.0.pdf](https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/Relatório_de_Gestão_2015_IF_Goiano_-_Versão_1.0.pdf)>.

UFG. Cortes no orçamento no orçamento asfixiam Instituições Federais de Ensino. **UFG - Universidade Federal de Goiás**, 2022.

NUNES JÚNIOR, V. S.; ZOCKUN, M.; ZOCKUN, C. Z.; FREIRE, A. L. (Coords.). **Enciclopédia Jurídica da PUCSP: direito administrativo e constitucional**. 2. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022. Tomo II. Disponível em: [https://enciclopediajuridica.pucsp.br/pdfs/presidencialismo\\_58edc6eff1254.pdf](https://enciclopediajuridica.pucsp.br/pdfs/presidencialismo_58edc6eff1254.pdf). Acesso em: 26 out. 2023.

PACHECO, J. A.; SOUSA, J.; MAIA, I. B. Conhecimento e aprendizagem na educação superior: desafios curriculares e pedagógicos no século XXI. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 20, n. 65, p. 528-557, 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v20n65/1981-416X-rde-20-65-528.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

PESSALI, V. R. Contingenciamento das verbas das universidades federais: entenda o impacto. **JusBrasil**, 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/contingenciamento-das-verbas-das-universidades-federais-entenda-o-impacto/709808842>. Acesso em: 26 out. 2023.

POLLETI BETTINI, L. H.; HOTTE AMBROGI, I.; M.P.B. SCHWARTZ, R. Cidade educadora e humanizadora: a redução das desigualdades e vulnerabilidades. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 61, p. e21891, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/21891>. Acesso em: 26 out. 2023.

PONTE, J. S. **Liberdade Acadêmica: Reflexões sobre o discurso extramural do corpo docente**. 2020. 62 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - [Nome da Faculdade ou Departamento], Universidade do Porto, Porto, 2020. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/131592/2/437367.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

Portal da Transparência. **Orçamento Público**. 2022. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-publico>. Acesso em: 26 out. 2023.

REIS, L. F.; MACÁRIO, E. Dívida pública e financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia no Brasil (2003-2020). **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 41, p. 20-46, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7243>. Acesso em: 27 set. 2023.

SILVA, G. H. G. da. An overview of affirmative action policies in public federal universities in Southeast Brazil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 173, p. 184-206, jul. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/TLV7WYkQqMTSNW3PKNr68rJ/>. Acesso em: 26 out. 2023.

ROSSI, R. A.z; TUDE, J. M. (Org.). **Cortes no orçamento das Universidades Públicas: significados e efeitos**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2021. 81 p. Disponível em: <https://ea.ufba.br/wp-content/uploads/2021/08/v3-Cortes-no-Orcamento-das-Universidades->

Federais-1.pdf. Acesso em: 26 out. 2023.

SOUZA FILHO, G. A. de. **Compliance como ferramenta de governança pública para a efetividade do estado**: estudo de caso no estado do Paraná. 2022. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/30175>. Acesso em: 27 out. 2023.

TRENTO, D. **Comportamento dos custos em universidades federais brasileiras**: uma análise com base em variáveis de educação. 2020. 124 f. Dissertação (Mestrado em Controle de Gestão) - Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219444>. Acesso em: 27/09/2023.

UFG. Cortes no orçamento no orçamento asfixiam Instituições Federais de Ensino. **UFG - Universidade Federal de Goiás**, 2022.

UFV. Você conhece a diferença entre Empenho, Liquidação e Pagamento? 30 de abril de 2021. Disponível em: <https://dia.caf.ufv.br/informativo/voce-conhece-a-diferenca-entre-empenho-liquidacao-e-pagamento/>. Acesso em: 29 out. 2023.